ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 29-6-2015
VOTAÇÃO FAVOR 13
CONTRA —
ABSTENÇÃO 1

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Benfica

Mandato 2013-2017

ATA Nº 3/2015

--- Preâmbulo ---

--- Aos **vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e quinze** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, no "Auditório Carlos Paredes" da Junta de Freguesia de Benfica, sito na Avenida Gomes Pereira, número dezassete, em Lisboa, uma **Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Benfica,** convocada nos termos legais, através do *Edital 5/2015*, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

PONTO 1 – **APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 3, DE 23.09.2014, N.º 4, DE 10.12.2014, N.º 1, DE 09.02.2015 E N.º 2, DE 03.03.2015;**

PONTO 2 – **PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2014** (Proposta n.º 157/2015);

PONTO 3 – **RATIFICAÇÕES:**

- Contrato de comodato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa – entrega de "diversos imóveis" à Junta de Freguesia de Benfica;
- Contrato de delegação de competências celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa para a realização de "obras" na Freguesia de Benfica (calçadas, passadeiras, medidas reguladoras de estacionamento e pavimentos);
- Informação n.º 1/2015 – AFB, para comunicação e ratificação dos protocolos/ apoios financeiros, que constituem anexo da presente informação, celebrados entre 20 de novembro/2014 e 06 de abril/2015, no âmbito da deliberação da Assembleia de Freguesia de Benfica de 16.04.2014, relativa à Proposta n.º 163/2014 – "Celebração de protocolos com entidades públicas, privadas ou cooperativas";

PONTO 4 – **INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA JUNTA À ASSEMBLEIA DE FREGUESIA;**

PONTO 5 – **OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A FREGUESIA.**

--- A sessão foi presidida por Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), Presidente da Mesa, Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio (PS) e João Manuel Jacinto de Figueiredo Viegas (PS), respetivamente, Primeira Secretária e Segundo Secretário. _____

--- Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia: _____

- Noémia Maria das Neves Summavielle Freitas (PS)
- Romualda Maria da Conceição Nunes Fernandes (PS)
- José Alberto Mendes Neves (PS)
- António dos Anjos Cádio Paraíso (PS)
  (Em substituição de Ricardo Alexandre de Carvalho)
- Anabela de Jesus Leonardo (PS – Independente)

- Madalena Lopes Pão Duro Fernandes (PS – Independente)
- Tiago Filipe Barata Rodrigues (PS)
- Pedro Jorge de Almeida Gama (PSD)
- David José Pereira da Silva Ferreira (CDS-PP)
(Em substituição de António Manuel de Passos Rapoula)
- João Carlos de Sousa Pereira (CDU)
- José Pedro Gomes Félix (CDU)
(Em substituição de Isabel Cristina dos Santos Nunes Gaspar)
- Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)

--- **Faltaram** os seguintes membros: _____
- Maria Luísa Lourenço Penim (PS)
- Patrícia Alexandra Mendes Gomes da Rocha (PSD)
- Alfredo Alberto da Silva Ribeiro (PSD)

--- Pediu a **substituição para esta Assembleia**, de acordo com o estatuído nos artºs 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte membro:_____
- Cristiana Lúcia Camilo Vieira (PSD), que não foi substituída. _____

--- Constatada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa** declarou aberta a sessão.

Período de Antes da Ordem do Dia

--- Iniciando este período, o Senhor **Presidente da Mesa** perguntou se algum elemento do público gostaria de exercer o seu direito de usar da palavra, tendo aceitado uma inscrição. _____

--- A Senhora D. **Gilda Caldeira (Munícipe)**, no uso da palavra, começou por reiterar a necessidade de se proceder à poda das árvores na Rua Rainha D. Maria I, Rua Dona Brites e Rua das Begónias, competência que alegadamente terá sido transferida para a Junta de Freguesia de Benfica. _____
Abordou também a questão da Unidade de Saúde Familiar do Bairro da Boavista, a qual, embora tenha custado cerca de oitocentos mil euros (800.000€) e tenha começado com dois médicos e excelentes equipamentos, atualmente conta apenas com uma médica e uma enfermeira, em regime de prestação de serviços, a meio tempo, condições manifestamente insuficientes para dar resposta às necessidades da população do bairro e de todos os utentes que entretanto foram convidados a inscrever-se nesta unidade de saúde. _____
Tendo já efetuado diligências junto dos Partidos Políticos com assento na Assembleia de Freguesia e Presidente da Assembleia Municipal, solicitou a colaboração e empenho ativo da Junta de Freguesia de Benfica na defesa da USF do Bairro da Boavista, em benefício dos seus utentes e de modo a não desperdiçar o avultado investimento efetuado. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, em resposta, começou por saudar o público presente, cujas intervenções enriquecem o debate na Assembleia de Freguesia de Benfica. _____

Respondendo à intervenção da munícipe **Gilda Caldeira**, no que respeita à poda das árvores, explicou que embora esta seja uma das novas competências das Juntas de Freguesia, a Junta de Freguesia de Benfica não tem capacidade financeira para proceder à poda de todas as árvores em caldeira – cerca de duas mil e quinhentas existentes na freguesia, cuja poda não estava a ser feita com a periodicidade desejável – num só ano, pelo que efetuou um levantamento das prioridades e elaborou um plano a quatro anos para a execução desta tarefa. Comprometeu-se a enviar cópia do referido plano à Associação de Moradores do Bairro da Boavista, com indicação de quando serão podadas as árvores nas vias identificadas pela munícipe. _____

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar do Bairro da Boavista, lamentou que esta nunca tenha funcionado como tal, apesar do investimento avultado e de o Bairro da Boavista ter sido contemplado na Carta da Saúde da Câmara Municipal de Lisboa, sendo apontado como prioritário no que concerne à necessidade de equipamentos de saúde. _____

Relembrou as diligências tomadas pela Junta de Freguesia de Benfica, que sempre pugnou pela abertura da referida unidade de saúde, tendo a ARS garantido uma equipa permanente de três médicos e uma equipa de cinco enfermeiros, situação que nunca se concretizou, culminando atualmente numa redução drástica do horário de atendimento, com apenas um médico tarefeiro a dar consultas na parte da manhã. _____

Expressou o seu descontentamento com o facto de estarem a ser defraudadas as legítimas expetativas dos utentes, tendo a Junta de Freguesia se associado ao incentivo massivo à inscrição nesta nova Unidade de Saúde Familiar, sendo que alguns utentes, nomeadamente do Bairro da Boavista, inclusivamente deixaram o Centro de Saúde de Benfica. _____

Assegurou que a Junta de Freguesia de Benfica continuará sensível e solidária com as preocupações da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, na defesa e preservação da USF do Bairro da Boavista, cujo encerramento se traduziria num ato inqualificável de gestão e de planeamento, além de um claro desperdício do erário público. Consequentemente, a Junta de Freguesia de Benfica envidará todos os esforços no sentido de reivindicar condições adequadas para a Unidade de Saúde Familiar do Bairro da Boavista, em termos de equipas de médicos e enfermeiros, além de equipamentos, de acordo com o compromisso inicial da ARS. _____

--- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa** informou que deram entrada oito moções na Mesa da Assembleia, sendo quatro do Partido Socialista, três da CDU e uma do Bloco de Esquerda, as quais serão apresentadas, apreciadas e votadas no último ponto da ordem de trabalhos. _____

--- Nada mais havendo a tratar neste período, a Assembleia entrou na ordem de trabalhos. ____

Ponto 1: Aprovação de Atas

--- Não havendo intervenções sobre as atas, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Ata n.º 3/2014**, de 23.09.2014, à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com uma abstenção de um membro da CDU, por não ter estado presente na respetiva sessão. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Ata n.º 4/2014**, de 10.12.2014, à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com três abstenções (um membro do PS, um membro da CDU e CDS-PP), por não terem estado presentes na respetiva sessão. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Ata n.º 1/2015**, de 09.02.2015, à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com uma abstenção de um membro da CDU, por não ter estado presente na respetiva sessão. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Ata n.º 2/2015**, de 03.03.2015, à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com uma abstenção de um membro da CDU, por não ter estado presente na respetiva sessão. _____

Ponto 2: Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2014

--- O Senhor **Presidente da Mesa** passou a palavra ao Executivo para apresentação deste ponto. _____

--- O Senhor **Hernâni Ricardo Meireles Silva**, Tesoureiro da Junta de Freguesia, no uso da palavra, começou por referenciar que 2014 foi um ano de transferência de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Benfica, fruto da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, nomeadamente no que respeita a higiene urbana, gestão do Complexo Desportivo e Mercado de Benfica, entre outras. _____
Sublinhou algumas das ações mais relevantes do Executivo, designadamente as diversas intervenções no espaço público e ordenamento do estacionamento, desenvolvimento da Plataforma de Emergência Social e abertura do Centro de Formação "FORM-UP Benfica". _____
Passando para a análise dos grandes números da Prestação de Contas, informou que as receitas ascenderam a cerca de seis milhões de euros (6.000.000€), o que corresponde a uma execução de noventa e cinco vírgula dezoito por cento (95,18%) do valor orçamentado, tendo-se superado as expetativas de receita sobretudo na Piscina, Centro Clínico, Ginásio, CAF's e Mercado de Benfica. _____
Por outro lado, a execução global da despesa ronda os oitenta por cento (80%), num total de cerca de seis milhões de euros (6.000.000€). _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, e em jeito de declaração de voto antecipada, clarificou que o voto da Bancada da CDU incidirá sobre o documento técnico e não sobre um juízo relativo aos resultados apresentados, alguns dos quais enfatizados na intervenção do Tesoureiro da Junta de Freguesia. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, começou por fazer uma referência positiva à forma de apresentação dos documentos em apreço, a qual tem vindo a melhorar. _____
Aludindo à variação dos investimentos efetuados pela Junta de Freguesia de Benfica no período entre 2011 e 2014, questionou as razões conducentes a uma subida acentuada do nível de investimento no ano de 2013. _____

--- O Senhor **José Alberto Mendes Neves (PS)**, no uso da palavra, sublinhou uma vez mais o facto de o ano de 2014 ter sido marcado pela reorganização administrativa da cidade de Lisboa, processo que conduziu à transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, o que exigiu um assinalável esforço de todos os seus colaboradores. Nesse sentido, aproveitou para deixar uma sentida palavra de apreço pela disponibilidade e dedicação evidenciadas pelos funcionários da Junta de Freguesia de Benfica. _____

--- O Senhor **Hernâni Ricardo Meireles Silva**, Tesoureiro da Junta de Freguesia, em resposta, esclareceu que a subida do nível de investimento em 2013 está relacionada com a execução do Orçamento Participativo e com a construção da Zona 30 no Bairro do Charquinho, num investimento que se cifra em cerca de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€). _____

--- Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Proposta nº 157/2015** constante deste ponto à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, CDS-PP, CDU e BE. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual afirma que se absteve nesta deliberação por entender não possuir as condições necessárias para ajuizar com precisão o conteúdo dos documentos apresentados. Lembrou que o Bloco de Esquerda propôs em tempo útil a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da transferência de competências para a Junta de Freguesia de Benfica, proposta rejeitada pela maioria na Assembleia de Freguesia. _____

--- Por unanimidade, a Assembleia aprovou em minuta a parte da ata referente à deliberação acabada de tomar. _____

Ponto 3: Ratificações

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, no uso da palavra, passou a apresentar os documentos constantes deste ponto da ordem de trabalhos, os quais foram atempadamente enviados a todos os membros da Assembleia de Freguesia. _____

Explicou que o contrato de comodato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa visa a cedência para a Junta de Freguesia de Benfica das instalações da sua sede (propriedade do município), do edifício da Universidade da 3.ª Idade, na Rua Doutor José Batista de Sousa, das antigas instalações do Jardim de Infância n.º 4, na Rua dos Arneiros, da edificação na Estrada das Garridas, dos Castelos de Benfica (norte e sul) e do Palácio Baldaia. _____

Relativamente ao Palácio Baldaia, declarou que embora o histórico edifício careça de uma urgente e abrangente requalificação, a Junta de Freguesia de Benfica considerou importante não o perder para investimento imobiliário por parte da ESTAMO, tendo em conta as suas potencialidades para poder vir a tornar-se num verdadeiro polo cultural da freguesia, com salas de ensaio e para espetáculos e uma pequena biblioteca. _____

Relativamente ao contrato de delegação de competências, incide sobre uma série de pequenas repavimentações, nomeadamente na Estrada do Outeiro, Rua José Marinho e Rua República da Bolívia – concluindo-se a obra executada no âmbito do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, a qual incluía apenas a primeira metade desta artéria, com a colocação de pavimento tátil e requalificação do pavimento degradado. _____

Explicou que, mediante o referido contrato de delegação de competências, a Junta de Freguesia de Benfica consegue antecipar intervenções programadas pela Câmara Municipal de Lisboa para 2016 ou 2017, no âmbito do seu Plano Plurianual de Pavimentações. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, centrando-se primariamente nos contratos de comodato, perguntou se a posição contratual assumida pela Junta de Freguesia de Benfica inclui o pagamento de eventuais dívidas existentes. _____

Estranhando o facto de não ter sido feita qualquer referência ao contrato celebrado com a Associação de Reformados de Benfica para construção do Centro de Dia, solicitou alguns esclarecimentos sobre o mesmo, designadamente sobre as contrapartidas para a Junta de Freguesia em termos de utilização desse equipamento pelos fregueses de Benfica, a possibilidade de o equipamento vir a ser privatizado, qual o prazo previsto para a sua conclusão e se existem garantias fiáveis da capacidade financeira da Associação de Reformados de Benfica para concluir o projeto. _____

Por fim, e antecipando a sua declaração de voto, afirmou que o Bloco de Esquerda entende que o papel das forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia não se deve cingir à mera assinatura de um cheque em branco ao Executivo da Junta de Freguesia, sendo sonegada ao órgão deliberativo a oportunidade de debate antecipado e aprofundado das propostas apresentadas. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, começou por fazer referência ao facto de tantos e tão diversos pontos – vinte e sete documentos constantes da última alínea deste ponto da ordem de trabalhos – serem deliberados conjuntamente, inviabilizando o verdadeiro debate democrático que compete ao órgão deliberativo, bem como uma deliberação que traduza com exatidão a posição das forças políticas relativamente aos diversos assuntos apresentados, pelo que reclamou uma vez mais uma discussão e deliberação de cada ponto individualmente. _____

Por outro lado, indicou que o método atualmente utilizado obsta a que o público presente fique plenamente esclarecido sobre as matérias em apreço. _____

Passando para a análise particular de cada ponto, manifestou a sua concordância com o contrato de comodato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, em especial no que diz respeito ao Palácio Baldaia, que poderá vir a representar uma mais-valia para a freguesia em termos culturais. _____

Relativamente ao contrato de delegação de competências, a CDU será coerente com a posição que tem manifestado, sendo contra o processo de reorganização administrativa da cidade de Lisboa. _____

Mais acrescentou que a CDU abstém-se em todos os pontos relativos a fundos de emergência social, dado o desconhecimento dos processos. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, esclareceu que a metodologia atualmente utilizada foi aprovada pela maioria na Assembleia de Freguesia, no âmbito de autorização prévia genérica concedida ao Executivo para assinatura de protocolos, contratos e outros documentos de interesse relevante para a freguesia, os quais são submetidos à Assembleia para posterior ratificação. _____

No entanto, face à diversidade de assuntos constantes da Informação n.º 1/2015, o **Presidente da Mesa** propôs ao plenário a votação ponto por ponto. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, em resposta, esclareceu que as alterações legislativas recentemente introduzidas por vezes são incompatíveis com as necessidades urgentes de uma freguesia, sendo que a emergência social ou o apoio financeiro aos estabelecimentos de ensino não se compadecem, por exemplo, dos prazos legais para convocatória de uma Assembleia de Freguesia. Consequentemente, a aprovação de uma autorização prévia genérica para assunção de compromissos tem por único objetivo uma agilização de processos que beneficie os fregueses de Benfica, não invalidando de forma alguma o papel de fiscalização da ação do Executivo que compete à Assembleia de Freguesia. _____

Relativamente à questão do Centro de Dia, relembrou que o espaço utilizado pela Associação de Reformados de Benfica estava na iminência de ser encerrado – devido à falta de capacidade técnica de adaptação das instalações – pelo que se tornou urgente a procura de alternativas viáveis na freguesia. Encontrado um terreno adequado, junto à Escola Secundária José Gomes Ferreira, o mesmo foi cedido pela Câmara Municipal de Lisboa à Associação de Reformados. Após a emissão das necessárias licenças e autorizações, as obras iniciaram-se, sendo que a

Junta de Freguesia de Benfica comparticipará trinta por cento (30%) do investimento na construção do Centro de Dia – equipamento considerado prioritário para a freguesia, com um claro défice de equipamentos sociais direcionados para a área do envelhecimento – mediante verba recorrentemente cativa em Orçamento para apoiar a construção de equipamentos sociais, sem prejuízo de outras verbas atribuídas para apoiar as suas atividades, à semelhança do que acontece com outras instituições da freguesia. Afiançou que a Associação de Reformados de Benfica possui a capacidade financeira para poder concluir a obra. _____
Clarificou que, de acordo com os próprios estatutos da Associação de Reformados de Benfica, apenas moradores da freguesia poderão aceder ao Centro de Dia, estando salvaguardada a preocupação manifestada pelo deputado **Humberto Silveira**. _____
Manifestou surpresa pela posição assumida pela Bancada da CDU relativamente ao protocolo de delegação de competências, uma vez que este permitirá à Junta de Freguesia de Benfica antecipar investimentos necessários, a nível de pavimentações, que, de outro modo, apenas seriam executados dentro de dois anos. _____

--- Antes de passar à ratificação dos documentos, o Senhor **Presidente da Mesa** assinalou que os eleitos da Bancada do PSD abandonaram a sessão da Assembleia de Freguesia. _____

--- Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, e não havendo objeções por parte do plenário, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou os documentos constantes deste ponto da ordem de trabalhos a ratificação, ponto por ponto, sendo os resultados das votações os seguidamente descritos: _____

- *Contrato de comodato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa – entrega de "diversos imóveis" à Junta de Freguesia de Benfica.* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e as abstenções do CDS-PP e BE. _____

- *Contrato de delegação de competências celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa para a realização de "obras" na Freguesia de Benfica.* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, votos contra da CDU, e abstenções do CDS-PP e BE. _____

- *Informação n.º 1/2015 – AFB, para comunicação e ratificação dos protocolos/apoios financeiros, que constituem anexo da presente informação, celebrados entre 20 de novembro/2014 e 06 de abril/ 2015, no âmbito da deliberação da Assembleia de Freguesia de Benfica de 16.04.2014, relativa à Proposta n.º 163/2014 – "Celebração de protocolos com entidades públicas, privadas ou cooperativas":* _____

Ponto n.º 1: *Adenda ao protocolo de utilização de espaço do Complexo Desportivo da Junta de Freguesia de Benfica celebrado entre a Junta e CNE Agrupamento 57 Benfica (Proposta n.º 523/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e abstenções do CDS-PP e BE. _____

Ponto n.º 2: *Fundo de Emergência Social – 150,00€ (Proposta n.º 543/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 3: *Fundo de Emergência Social – 150,00€ (Proposta n.º 544/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 4: *Fundo de Emergência Social – 900,00€ (Proposta n.º 545/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 5: *Transferência de verba para os Agrupamentos de Escolas no âmbito do apoio à gestão escolar referente ao mês de dezembro de 2014 do Ano letivo 2014/2015* (Proposta n.º 548/2014). **Ratificado por unanimidade.** _____

Ponto n.º 6: *Atribuição de apoio financeiro para execução de abrigo na portaria da EB1 Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles – Agrupamento de Escolas de Benfica (Proposta n.º 549/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE. __

Ponto n.º 7: *Atribuição de apoio financeiro a diversas Instituições no âmbito do Programa "Banco de Ideias Sociais" (Proposta n.º 579/2014).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE. _____

Ponto n.º 8: *Celebração de Protocolo de utilização do ginásio do Complexo Desportivo da Junta de Freguesia de Benfica com o "TATAMI NO BU CLUBE DE AIKIDO" (Proposta n.º 17/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE. __

Ponto n.º 9: *Adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Benfica e a Escola Superior de Educação de Lisboa – Instituto Politécnico de Lisboa, para realização de estágios curriculares de 1.º, 2.º e 3.º ano, no âmbito da Licenciatura em Animação Sociocultural (Proposta n.º 16/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE. _____

Ponto n.º 10: *Fundo de Emergência Social – 660,00€ (Proposta n.º 34/2015).* Ratificado por maioria, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS, CDU e Bloco de Esquerda. ____

Ponto n.º 11: *Atribuição de apoio financeiro à Jovens Seguros – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional com vista à implementação do Programa Re-Trocas do Programa Escolhas 5.ª Geração no Bairro da Boavista da Freguesia de Benfica (Proposta n.º 40/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _

Ponto n.º 12: *Fundo de Emergência Social – 286,00€ (Proposta n.º 41/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 13: *Atribuição de apoio financeiro ao Clube Desportivo Lisboa e Águias (Proposta n.º 35/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE.

Ponto n.º 14: *Atribuição de apoio financeiro à Associação de Reformados de Benfica (Proposta n.º 47/2015).* **Ratificado por unanimidade.**

Ponto n.º 15: Celebração de protocolo com o Agrupamento de Escolas Amadora 3 – Escola Secundária Fernando Namora (Proposta n.º 90/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e abstenções do CDS-PP e BE.

Ponto n.º 16: *Fundo de Emergência Social – 476,00€ (Proposta n.º 91/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE.

Ponto n.º 17: *Atribuição de apoio financeiro ao projeto "Verdinhos" – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2015 (Proposta n.º 95/2015).* ***Ratificado por maioria***, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 18: *Fundo de Emergência Social – 760,00€ (Proposta n.º 120/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE.

Ponto n.º 19: *Atribuição de apoio financeiro à Ordem dos Médicos Veterinários (Proposta n.º 123/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e abstenções do CDS-PP e BE.

Ponto n.º 20: *Fundo de Emergência Social – 150,00€ (Proposta n.º 132/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE.

Ponto n.º 21: *Protocolo entre a Junta de Freguesia de Benfica e a EBI Quinta de Marrocos para acolhimentos de três estágios curriculares (Proposta n.º 141/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE.

Ponto n.º 22: *Atribuição de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Benfica no âmbito da 32.ª Sessão da Seleção Nacional do Parlamento Europeu dos Jovens (Proposta n.º 94/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e abstenções do CDS-PP e BE.

Ponto n.º 23: *Fundo de Emergência Social – 700,00€ (Proposta n.º 146/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE.

Ponto n.º 24: *Transferência de verba para os Agrupamentos de Escolas no âmbito do apoio à gestão escolar – Ano letivo 2014/2015 (Proposta n.º 148/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e abstenções do CDS-PP e BE. _____

Ponto n.º 25: *Fundo de Emergência Social – 75,00€ (Proposta n.º 150/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 26: *Fundo de Emergência Social – 670,00€ (Proposta n.º 151/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

Ponto n.º 27: *Fundo de Emergência Social – 100,00€ (Proposta n.º 167/2015).* **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e abstenções do CDS-PP, CDU e BE. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual justifica a sua abstenção na maioria das propostas com o facto de nenhuma força política ter sido democraticamente eleita apenas para assumir um papel de mera ratificação de decisões previamente tomadas. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, afirmando que apesar de ter sido dado um passo importante na presente sessão, através de uma votação individualizada de todos os pontos, a atual metodologia fica ainda aquém das verdadeiras competências da Assembleia de Freguesia, democraticamente eleita para debater e deliberar sobre propostas apresentadas pelo Executivo, e não somente para ratificar decisões previamente tomadas. _____
Acrescentou que embora tenha sido invocada a urgência de determinados procedimentos para justificar a metodologia utilizada, a CDU estará sempre disponível para colaborar em formas alternativas de agilização do funcionamento da Assembleia de Freguesia que não coloquem em causa os superiores interesses dos fregueses. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, recordou uma vez mais que a metodologia utilizada na Assembleia de Freguesia de Benfica, referente a ratificações, foi democraticamente deliberada e aprovada pela maioria, pelo que, enquanto tal deliberação não for alterada ou revogada, cabe à Mesa fazê-la cumprir. _____
Por outro lado, referiu que do ponto de vista jurídico, o processo de ratificação traduz-se numa responsabilidade suplementar para a Junta de Freguesia, pelas consequências inerentes à não ratificação de protocolos ou contratos estabelecidos. _____
Além disso, sublinhou a disponibilidade do Executivo da Junta de Freguesia em melhorar a proposta inicialmente aprovada, acedendo às solicitações da Assembleia de Freguesia em fornecer todos os documentos de suporte necessários para a cabal e antecipada análise das propostas. _____

Concluiu esta sua intervenção, declarando que o exercício da democracia também passa por respeitar o voto popular e as deliberações aprovadas por aqueles que constituem uma maioria nos diferentes órgãos autárquicos. _____

--- Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto, a Assembleia entrou no ponto seguinte da ordem de trabalhos. _____

Ponto 4: Informação Escrita da Presidente da Junta à Assembleia de Freguesia

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, no uso da palavra, passou a destacar alguns dos aspetos mais relevantes da sua informação escrita. _____
Começou por realçar o saldo positivo para os fregueses do primeiro ano sobre a reforma administrativa da cidade de Lisboa. Apesar de ter sido um ano atípico, em que a Junta de Freguesia e os seus colaboradores tiveram que se adaptar a uma nova realidade e novas competências, passou a ser dada uma resposta mais eficaz de proximidade em diversas áreas.
Aproveitou a oportunidade para louvar o empenho e dedicação dos colaboradores da Junta de Freguesia, que apesar de nem sempre laborarem nas condições mais adequadas, souberam estar à altura dos desafios, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. _____
Em seguida, fez referência à criação da "+ Benfica - Associação de Desenvolvimento e Co-Governação Loca"l, que congregou várias associações da freguesia para identificar e encontrar soluções para algumas das suas problemáticas mais prementes, tendo visto ser aprovada a sua pré-qualificação ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o que lhe permitirá concorrer aos Acordos de Parceria do Portugal 2020 nas áreas da educação, formação, criação de autoemprego, empreendedorismo e inclusão. Assinalou o facto de Benfica ter sido a única freguesia do país a criar uma associação formal para concorrer a fundos comunitários, para além de se associar à Rede DLBC Lisboa – associação similar criada no âmbito da cidade de Lisboa. _____
Neste sentido, deixou uma palavra de elogio aos Vogais Ricardo Marques e Carla Rothes, pela sua dedicação a este projeto. _____
Informou que no dia 9 de abril realizou-se a primeira Assembleia Geral da Associação "+ Benfica", tendo a Junta de Freguesia de Benfica sido eleita Vice-presidente da associação, em lista única aprovada por unanimidade das vinte entidades que a compõem. _____
Destacando a importância das parcerias locais, referiu que nos últimos quatro anos foi possível captar cerca de quatro milhões de euros (4.000.000€) para a Freguesia de Benfica, mediante candidaturas que mobilizaram uma grande parte da população. _____

Na área da educação e formação, destacou a criação da "Academia do Saber", que vem dar uma resposta à problemática da ocupação dos tempos livres dos alunos do 2.º ciclo, com apoio ao estudo da matemática, português e informática, além de componentes mais lúdicas. _____
Relativamente ao "FORM-UP Benfica", indicou que o projeto já contou com cerca de quatrocentos formandos, sendo que em alguns dos cursos a taxa de empregabilidade atinge os setenta por cento (70%). Acrescentou que este projeto formativo tem servido de base para suprir algumas das carências da freguesia em termos de recursos humanos, nomeadamente na área da higiene urbana. _____
Por fim, falou naquela que tem sido uma marca distintiva do Executivo da Junta de Freguesia, a saber, a preocupação com a questão da mobilidade e acessibilidade para todos em Benfica, com uma alargada intervenção na melhoria da qualidade do espaço público. No âmbito do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa 2011, a Junta de Freguesia de Benfica conseguiu captar cerca de um milhão de euros (1.000.000€) para a criação e reordenamento de estacionamento, tendo sido intervencionados mil, trezentos e cinquenta e oito lugares de estacionamento, e criados seiscentos e quarenta e um novos lugares de estacionamento ao longo da freguesia. Estas intervenções possibilitaram retirar veículos de cima dos passeios, tornando-os assim mais acessíveis e circuláveis. Foram também criadas setenta novas passadeiras com pavimento pitonado, adequado a cidadãos invisuais. _____
Informou que a Freguesia de Benfica será contemplada com mais quinhentos mil euros (500.000€) do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, para execução de um projeto que visa o nivelamento de todas as passadeiras da freguesia, tornando-as acessíveis a todos os cidadãos, de acordo com o Plano de Acessibilidade Pedonal aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa. _____
Elogiou a abrangente mobilização popular em torno de projetos que se propõem melhorar a qualidade de vida da comunidade. _____

--- Não havendo intervenções sobre este ponto, a Assembleia entrou no último ponto da ordem de trabalhos. _____

Ponto 5: Outros Assuntos de Interesse para a Freguesia

--- A Bancada do PS passou a apresentar a moção intitulada "Comemoração dos quarenta e um anos do 25 de abril de 1974", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 1)**. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo PS, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e o voto contra do CDS-PP._

--- A Bancada do PS passou a apresentar a moção intitulada "1.º de Maio – Dia do Trabalhador", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 2)**. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo PS, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS e BE, voto contra do CDS-PP, e abstenção da CDU. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual realçou que entre maio de 1974 e setembro de 2012, muitos foram os trabalhadores que saíram à rua e lutaram pelos seus direitos. _____
Além disso, e não obstante a concordância com os pressupostos apresentados, relativamente a uma política de direita adotada no país, sublinhou que o Partido Socialista foi igualmente precursor destas políticas em sucessivos Governos. _____

--- A Senhora D. **Noémia Maria das Neves Summavielle Freitas (PS)**, no uso da palavra, passou a ler a moção intitulada "Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 3).** _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, declarou que o conteúdo da moção apresentada pelo Partido Socialista, que aponta no sentido de um balanço francamente positivo para os fregueses, não se coaduna com a realidade de uma reforma administrativa que teve nefastas consequências em áreas como a higiene urbana e recolha de lixo, e sobretudo no aumento do número de trabalhadores em situação precária na Junta de Freguesia de Benfica. _____

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo PS, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e os votos contra do CDS-PP, CDU e BE. _____

--- A Bancada do PS passou a apresentar a moção intitulada "Pela execução do Orçamento Participativo de 2013 – Mobilidade para Todos em Benfica", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 4).** _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo PS, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS e BE, e as abstenções do CDS-PP e CDU. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, relembrando ao Executivo da Junta de Freguesia que a temática da mobilidade, não obstante a sua importância, não se esgota nas intervenções ao nível do estacionamento. _____

Manifestou ainda a sua preocupação com a criação de lugares de estacionamento no eixo de determinadas vias, limitando a visibilidade nas passadeiras existentes, o que resulta num elevado risco para os peões. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, passou a ler a moção intitulada "Pelo pleno funcionamento da Unidade de Saúde Familiar do Bairro da Boavista", subscrita igualmente pelo PS e BE, a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 5)**. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pela CDU, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _

--- O Senhor **José Pedro Gomes Félix (CDU)**, no uso da palavra, passou a ler a moção intitulada "Lutar por Abril para uma vida melhor!", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 6)**. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pela CDU, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e o voto contra do CDS-PP._

--- O Senhor **José Pedro Gomes Félix (CDU)**, no uso da palavra, passou a ler a moção intitulada "Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 7)**.

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pela CDU, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e o voto contra do CDS-PP._

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, passou a ler a moção intitulada "Abril não é austeridade, Abril é Liberdade – Resgatemos Abril!", a qual foi posteriormente anexada à ata **(Anexo 8)**. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo BE, a qual foi **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e o voto contra do CDS-PP._

--- Em seguida, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra aos membros da Assembleia para interpelarem o Executivo sobre questões de interesse para a freguesia. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, começou a sua intervenção fazendo alusão a mais um número da revista da Junta de Freguesia de Benfica, a qual aparentemente prossegue a saga propagandista de apresentação de uma freguesia cor de rosa, e de projetos ambiciosos que são anunciados, sem se vislumbrar a sua concretização. ___ Apontou como exemplo o amplamente propagandeado Eco-bairro no Bairro da Boavista, projeto sem qualquer reflexo no terreno, degradando-se cada vez mais as condições de habitabilidade no Bairro de Alvenaria. Acrescentou que as necessárias obras de beneficiação e pequenas

reparações nas habitações não têm sido realizadas, por força do projeto do Ecobairro que, porém, tarda na sua concretização.

Declarou que a falta de intervenção no Bairro de Alvenaria – que uma vez mais se reflete na falta de verbas cabimentadas para o efeito no Orçamento da Câmara Municipal para 2015, com consequente e crescente descontentamento popular – deve-se a erradas opções políticas ou simples falta de vontade, e não à inexistência de verbas ou desconhecimento da situação.

O prometido lar de idosos ou a Biblioteca de Benfica são outros exemplos de projetos pomposamente anunciados, e quase imediatamente esquecidos.

Assinalou a iminente possibilidade de o Quartel dos Bombeiros ser novamente deslocalizado para as suas antigas instalações na Estrada de Benfica, com o espaço atualmente utilizado, junto ao Centro Comercial Colombo, a ser aparentemente negociado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Hospital da Luz, o que consubstancia um evidente menosprezo pelo interesse público.

Relativamente à questão da reforma administrativa da cidade, apontou algumas das suas consequências mais negativas, como a falta de manutenção do espaço público e a degradação da higiene urbana (lixo acumulado nas ruas e desregulação dos horários de limpeza e recolha), sendo a Junta de Freguesia relapsa na reivindicação do cumprimento das responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa em diversas matérias.

Paralelamente, assinalou os aumentos dos preços das atividades destinadas aos jovens, apontando como exemplo as Férias Desportivas, cujo preço praticamente duplicou.

Relativamente à iniciativa de criação da denominada "Academia do Saber", declarou que a revista da Junta de Freguesia de Benfica não faz referência à mensalidade de noventa euros (90€) praticada, à qual acresce a inscrição, preço que não vai ao encontro da disponibilidade financeira da maioria da população.

No que diz respeito à vertente cultural, indicou que tem sido notório o empobrecimento da freguesia, com o encerramento do antigo Centro Cultural, nada tendo sido feito para assegurar as atividades culturais que eram realizadas nesse espaço. Não obstante a possibilidade de o Palácio Baldaia vir a tornar-se um importante polo cultural na freguesia, reivindicou a reposição imediata das referidas atividades culturais no espaço do antigo Centro Cultural.

Relativamente ao investimento efetuado no reordenamento do estacionamento e acessibilidades, argumentou que tal decorre da vontade e iniciativa populares, no âmbito dos Orçamentos Participativos da Câmara Municipal, e não das opções políticas da Câmara Municipal de Lisboa ou da Junta de Freguesia de Benfica, que se limitam a financiar e executar as pretensões da população neste sentido. Acrescentou ser necessária uma análise mais cuidada e aprofundada para aferir da eficiência dos investimentos efetuados, na relação entre a verba investida e os resultados efetivos alcançados.

Contrariou a ideia de ser Benfica uma freguesia com ampla participação popular, o que não se reflete na presença e participação do público nas Assembleias de Freguesia, embora tal possa ser justificado pelo condicionamento ao funcionamento do órgão deliberativo, que por força de deliberações assentes numa maioria absoluta do Partido Socialista, se vê impedida de exercer

as suas competências de discussão e aprovação de propostas e de fiscalização da ação do órgão executivo. _____

Não obstante o exposto, saudou o trabalho positivo dos colaboradores da Junta de Freguesia apesar das adversidades e condições inadequadas de trabalho. _____

Por fim, requereu ao Executivo que este dê célere cumprimento à deliberação da Assembleia de Freguesia, de publicação das respetivas atas no *site* da Junta de Freguesia. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, começou por salientar os reflexos negativos de uma maioria absoluta concedida ao Partido Socialista, em contraste com um último mandato em que, apesar de contar apenas com uma maioria relativa, contabilizaram-se mais intervenções favoráveis à ação do Executivo. _____

Ressalvou ainda que situações de emergência social já existiam no anterior mandato, sem haver necessidade de se conceder uma autorização prévia ao Executivo para assunção de compromissos, o que vem reduzir drasticamente a capacidade da Assembleia de Freguesia de exercer as suas competências próprias. _____

Consequentemente, declarou a posição de abertura ao diálogo manifestada pelo PS quando em minoria é claramente distinta da postura intransigente adotada quando em maioria. _____

Relativamente à condução dos trabalhos da Assembleia de Freguesia, assinalou alguma falta de dignidade e seriedade nos processos de votação, fator que também poderá contribuir para a falta de participação popular. _____

No que se refere à ausência de uma das principais forças políticas na presente sessão, afirmou que se torna cada vez mais evidente para a população que nem todos os seus representantes cumprem condignamente as funções para as quais foram democraticamente eleitos. _____

Incidindo uma vez mais na questão levantada por si aquando da discussão do Relatório de Contas de 2014, justificou a acentuada subida nas verbas destinadas a investimentos durante o ano de 2013 com o facto de se tratar de um ano eleitoral, cumprindo-se assim um pressuposto tornado comum, de maior investimento em anos de eleições, vivendo-se à sombra desses mesmos investimentos nos anos subsequentes. _____

Por outro lado, afirmou que enquanto membro de pleno direito da Assembleia de Freguesia, exige ser informado e esclarecido diretamente pelo Executivo da Junta de Freguesia, em sede própria, recusando-se a ter que procurar informações úteis na revista da Junta de Freguesia, conforme sugerido, acrescentando que, muitas vezes, a informação constante desta publicação sequer tem aderência à realidade da freguesia. _____

Seguidamente, manifestou a sua preocupação com o crescente número de funcionários da Junta de Freguesia que possuem vínculo laboral precário, realidade que não se coaduna com os valores propalados pelo Partido Socialista na sua moção referente ao 1.º de maio. _____

Relativamente a toda a ênfase dada à criação de novos lugares de estacionamento na freguesia, argumentou que os problemas sociais da maioria da população são bem mais graves, com famílias muito carenciadas e cidadãos em situação de extrema pobreza. Consequentemente, estranhou que a informação escrita apresentada identifique tão somente três novos casos

relacionados com toxicodependência e cidadãos sem abrigo. Questionou se estes gritantes problemas sociais não são bem mais importantes do que criação de lugares de estacionamento.
Classificou o novo paradigma de gestão autárquica, decorrente da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, de um autêntico fracasso em quase todas as áreas, com particular incidência na higiene urbana – embora sem reflexos nas taxas a pagar pelos utentes à Câmara Municipal de Lisboa – e na gestão de recursos humanos. _____
Relativamente à criação da Associação "+ Benfica", apresentada como algo extremamente positivo, declarou que esta mais não faz do que dividir as instituições da freguesia, retirando-lhes a liberdade de defender os seus interesses e reivindicar os seus direitos junto da Junta de Freguesia. Sendo o associativismo também uma das heranças de abril, sublinhou a importância de as diferentes instituições da freguesia se manterem independentes, isentas e libertas de amarras políticas, e indicou que mais do que pelas vantagens económicas e financeiras, as associações devem conjugar-se em torno de objetivos sociais. _____
Por fim, abordando uma vez mais o assunto da construção do Centro de Dia, chamou a atenção para algumas questões para as quais não obteve resposta, como o prazo previsto para a conclusão da obra, admitindo que muito provavelmente a mesma seja ajustada de acordo com o próximo período eleitoral. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, em resposta às intervenções dos deputados, começou por sugerir que estes se possam preparar melhor para as Assembleias de Freguesia, face ao aparente desconhecimento que manifestam sobre os documentos apresentados e sobre as alterações legislativas que têm ocorrido em tempos recentes. _____
Começando pela intervenção do deputado do Bloco de Esquerda, declarou que este acabou por insultar as associações ao insinuar que estas sacrificam a sua liberdade e isenção pelo facto de se congregarem numa associação da qual a Junta de Freguesia também faz parte. Acrescentou que apesar de estar próximo novo processo eleitoral, na política não deveria valer tudo. _____
Relativamente ao Centro de Dia, observou que o contrato contempla um retorno de verbas da Junta de Freguesia caso o mesmo não seja executado. Indicou que as obras, entretanto iniciadas, têm um prazo de conclusão previsto para o final do verão. _____
Contrapôs que as iniciativas de associações privadas não se compadecem nem dependem de períodos eleitorais, e que a Junta de Freguesia de Benfica não equaciona apoios financeiros às diversas entidades consoante o Partido Político, religião ou qualquer outro fator passível de discriminação. _____
Relativamente às críticas do deputado da CDU à publicação da Junta de Freguesia, revelou que no mandato anterior, quando o deputado fazia parte do Executivo, aparentemente até se revia nesta forma de comunicação com os fregueses, pelo que não se compreende a postura agora adotada. Acrescentou que a referida publicação tem por único objetivo informar os fregueses daquilo que está a ser feito e que se projeta fazer na Freguesia de Benfica. _____
No que respeita ao Eco-bairro, rejeitou liminarmente a afirmação de que nada foi realizado relativamente a este projeto e lamentou o desconhecimento evidenciado sobre o mesmo,

estando a Câmara Municipal de Lisboa a procurar formas de financiamento para a construção das habitações no Bairro de Alvenaria.

Relativamente ao tema da construção de um lar de idosos, argumentou que não obstante a grande necessidade de equipamentos sociais similares na freguesia, não cabe à Junta de Freguesia obrigar ou pressionar entidades privadas – como a Paróquia de Benfica ou a Associação Rute – a procederem à sua construção, limitando-se a trabalhar no sentido de criar condições favoráveis para o efeito, como a disponibilização de terrenos adequados e eventuais apoios financeiros, uma vez que também não possui verbas próprias suficientes para empreender um projeto desta dimensão.

Sobre a questão da Biblioteca de Benfica, relembrou que a sua construção está integrada no lote de contrapartidas aprovadas no âmbito do loteamento da Fábrica Simões, da responsabilidade do respetivo promotor, e não da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal.

Em seguida, assinalou a incongruência entre a intervenção da CDU – que embora seja contra os Orçamentos Participativos, defende que foi por iniciativa popular que se realizaram determinados projetos – e a intervenção do Bloco de Esquerda – que aparentemente sugere que a vontade popular deveria ser ignorada, em prol se preocupações mais prementes.

Embora concordando que a temática da mobilidade não se esgota no estacionamento, referiu que o reordenamento do estacionamento tem um papel preponderante na preservação dos passeios e mobilidade nos mesmos. Assegurou que a demarcação dos lugares de estacionamento cumpre estritamente com todas as regras estabelecidas do ponto de vista da acessibilidade e visibilidade das passadeiras.

Não descurando a importância da iniciativa popular, declarou ser graças à intervenção da Junta de Freguesia de Benfica que mais passadeiras para peões têm sido criadas, apontando como exemplo a Rua dos Arneiros.

Relativamente à questão da autorização prévia genérica, relembrou que no anterior mandato – fazendo o deputado da CDU parte do Executivo à data – houve uma proposta similar, relativa à assunção de compromissos plurianuais, não sendo igualmente objetivo nessa altura minorar o dever de fiscalização da Assembleia de Freguesia.

Sublinhou a crescente aposta do Executivo em atividades direcionadas para a juventude, saindo de um registo que incluía as Férias Jovens e pouco mais. Salientou que, começando no dia 23 de abril, terá lugar um período de um mês e meio de iniciativas exclusivamente dirigidas à população mais jovem.

Quanto aos custos adstritos à Academia do Saber – iniciativa projetada para ser autossustentável – com uma mensalidade de noventa euros (90€), indicou que os preços médios na freguesia para oferta similar rondam os cento e setenta euros (170€).

Afirmou que o acompanhamento de cidadãos sem-abrigo e casos de toxicodependência é um trabalho constante da rede social da Junta de Freguesia de Benfica, estando identificados um elevado número de casos, reportando-se a informação escrita apresentada apenas aos novos casos identificados nos últimos três meses, e não à sua totalidade.

Em relação aos investimentos efetuados em 2013 – supostamente por força de ser um ano eleitoral – lembrou ter sido o ano em que se celebraram os protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Benfica, que permitiram antecipar a execução de diversas obras na freguesia, bem como tornar mais eficientes alguns serviços, derivado ao fator proximidade. _____

No que toca à higiene urbana, explanou que embora tenha havido um período inicial de transição em que se verificou uma diminuição da qualidade do serviço prestado à população, a situação foi gradualmente regularizada, verificando-se uma acentuada melhoria da qualidade dos serviços, com a lavagem das ruas, as quais são também varridas com mais regularidade, e a estabilização dos procedimentos de recolha de lixo. Sobre este tema, aproveitou para esclarecer que a recolha seletiva de lixo é efetuada durante o dia. Sendo este um procedimento implementado paralelamente ao processo de reorganização administrativa, admitiu haver necessidade de alguns ajustamentos. _____

Relativamente à preocupação com a precariedade das condições de trabalho dos colaboradores da Junta de Freguesia, afirmou que esta não é coerente com a exigência de reposição das atividades culturais no espaço do antigo Centro Cultural, cujas instalações estão exatamente a ser ocupadas por funcionários da Junta de Freguesia. _____

Asseverou que a Junta de Freguesia de Benfica compartilha as preocupações com os vínculos precários dos trabalhadores, pelo que continuará a procurar soluções que permitam conferir-lhes melhores condições de segurança. No entanto, sublinhou os passos firmes que a Junta de Freguesia – no anterior e no presente mandato – tem dado no combate à precariedade, procurando dar uma resposta positiva aos naturais anseios dos trabalhadores. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, alegando a defesa da honra, começou por dizer que não sendo jurista, nem sequer sabendo a que Lei a Senhora **Presidente do Executivo** se refere quando o acusa de desconhecimento, exerce as funções para as quais foi democraticamente eleito com a melhor das boas vontades, preparando-se antecipadamente para cada uma das sessões da Assembleia de Freguesia. Acrescentou que se não fosse a preparação evidenciada por uns poucos membros da Assembleia, que insistem no esclarecimento das suas dúvidas e na promoção de um salutar debate político, as Assembleias de Freguesia seriam bem mais curtas, cingindo-se à mera aprovação ou ratificação das propostas do Executivo. _____

Esclareceu não ter dito que os fregueses de Benfica não queriam lugares de estacionamento, ou que não se deveria respeitar a vontade popular, mas simplesmente apontou algumas necessidades mais prementes na freguesia. _____

Por fim, aceitando como verdadeira a premissa de que a não concretização da construção do Centro de Dia implica no retorno das verbas para a Junta de Freguesia, insistiu em que o presente contrato é omisso em relação a uma data concreta de previsão para a conclusão da obra. _____

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Mesa** deu por encerrada a sessão. ___
Eram zero horas e trinta minutos. _____

--- Encerramento da Sessão ---

--- E para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. _____

O Presidente

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE BENFICA
O Presidente

ANEXO 1

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22/4/15
FAVOR 13
VOTAÇÃO CONTRA 1
ABSTENÇÃO

Moção

Comemoração dos 41 anos do 25 de abril de 1974

Em 2015 celebram-se os quarenta e um anos da revolução de Abril e quarenta da realização das primeiras eleições livres e democráticas depois da ditadura. Mas esta é uma celebração de um momento que alterou o paradigma de Portugal, não apenas o dia da mudança de regime em Portugal.

Comemora-se a instituição da Liberdade e da Democracia, da melhoria da qualidade de vida das populações, do Direito Constitucional ao Trabalho e ao Estado Social - no acesso à Segurança Social, à Saúde, à Habitação e à Educação e Cultura.

Foi também o início de um processo de abertura do país à Europa e ao Mundo, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da sociedade e melhoria do bem-estar dos portugueses

Festejar o 25 de abril não é apenas festejar um feriado.

Festejar o 25 de abril é festejar Portugal e os Portugueses!

Muitos viveram ativamente o 25 de abril de 1974. Outros aperceberam-se da importância deste dia ao longo do seu crescimento. Mas muitos mais já nasceram no pleno gozo da Paz, da Liberdade e da Democracia que abril ofereceu.

Celebrar o 25 de abril é algo que deverá ser feito diariamente, fazendo bom uso dos nossos Direitos, Liberdades e Garantias.

Usando da liberdade de expressão para darmos a nossa opinião, exercendo o nosso direito e dever de votar nos sufrágios,

Todos Podemos e Devemos ter Participação Cívica, Sindical ou Politica na construção de uma Sociedade Melhor e num Portugal mais justo.

Hoje estamos na Assembleia da Freguesia de Benfica participando ativamente no Poder Local, está Assembleia também é uma Casa da Democracia, um local participação ativa dos Eleitos, mas também dos Fregueses, onde podemos contribuir para a discussão dos problemas da nossa freguesia, município, distrito ou país.

Mas não podemos olhar apenas para o passado e ver tudo aquilo que a revolução dos cravos trouxe de bom para o país. É preciso olhar para o futuro.

Há que criar condições para que todos tenhamos empregos dignos, não bastando criar falsas políticas de emprego jovem baseadas em estágios, mas sim criar uma verdadeira política de emprego, pois nela também os jovens estarão incluídos; criar condições para o acesso à habitação a custos controlados; repor as pensões que ao longo dos últimos 4 anos têm sido constantemente cortadas e que têm degradado a qualidade de vida dos idosos; apostar na requalificação urbana; reduzir as assimetrias entre o litoral e o interior e estancar a sangria de mão-de-obra altamente qualificada para o exterior.

Assim, os membros do Partido Socialista reunidos em Assembleia de Freguesia a 22 de abril de 2015, propõem:

- Um voto de louvor a todos os militares que participaram no Movimento das Forças Armadas;
- Saudar todos os homens e mulheres que, ao longo dos anos, lutaram durante décadas pela liberdade, pelos direitos humanos e sociais;
- Reiterar a vontade de continuar a zelar pela igualdade de oportunidades, de emprego, de acesso à educação, à segurança social, à saúde, à melhoria da qualidade de vida das populações, tudo dentro das competências desta Assembleia de Freguesia.
- Enviar a presente moção a todos os órgãos autárquicos da cidade de Lisboa.

Lisboa, 22 de abril de 2015

Pelos eleitos do Partido Socialista

ASS.
SESSÃO DE 24 15
VOR 11
NTRA 1
ABSTENÇÃO 2

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ANEXO 2

Recebido 23.4.15

Moção

1º de Maio – Dia do Trabalhador

O 1º de Maio de 1974 foi a maior manifestação em Portugal, os Portugueses saíram a rua e celebraram a liberdade conquistada na revolução dos cravos.

Os Capitães de Abril haviam conquistado a Liberdade no dia 25 de Abril, mas foram os trabalhadores portugueses que no primeiro dia de Maio de 1974 que garantiram a solidez da Liberdade conquistada dias antes.

Uma manifestação com essa dimensão apenas se repetiu em setembro de 2012, desta fez não para celebrar a liberdade, mas para defender os Trabalhadores e as Famílias das medidas de austeridade excessiva do Governo PSD\CDS-PP, especialmente da medida de descida da TSU para os Empregadores e Subida da TSU para os Trabalhadores.

Infelizmente, o recuo do Governo foi apenas temporário, e agora o 1º Ministro volta a carga com a medida da TSU, uma espécie de coroa das políticas de austeridade exaustiva, que nos últimos quatro anos, agravaram drasticamente as condições de vida de todos os portugueses.

Nos últimos quatro anos, o País conheceu uma degradação das determinantes sociais e um retrocesso social, económico e financeiro sem paralelo, em nome de uma deriva ideológica adversa ao poder público, aos direitos sociais e à inclusão social.

As Políticas do Governo PSD\CDS-PP conduziram muitos portugueses ao limite dos padrões mínimos exigidos para um nível de vida digno e decente.

Em apenas quatro anos de maioria PSD\CDS-PP, assistimos:

- ao aumento galopante do desemprego, que atinge, em termos reais, 21% da população ativa portuguesa, o valor a pagar pelas alegadas contas certas deste Governo; entre desempregados, desencorajados e ocupados em programas de Emprego, o País conta com cerca de 1,1 milhão de portugueses nesta situação;

- ao aumento dramático da pobreza (há hoje em Portugal 2,7 milhões de pessoas em risco de pobreza, mais 450 mil que em 2011); um em cada quatro portugueses está hoje em risco de pobreza;

Mas negociação coletiva é um garante de igualdade e democracia no mercado de trabalho.

É um direito fundamental e constitucional numa Sociedade Democrática e Justa!

A Maioria PSD/CDS tem um programa inflexível, um programa de amputar o Estado Social e para isso pretende antes destruir o Movimento Sindical. Para o 1º Ministro os Sindicatos são um pouco como os capitães de abril, ficam bem na história, mas estragam a festa deste Governo, a festa da austeridade sem limites.

Mas a direita está errada, Portugal precisa dos trabalhadores para se levantar e sair desta crise

Portugal só pode sair da Crise Financeira, Económica, Social e Laboral com o apoio e esforço de todos os Trabalhadores

Face ao exposto, os membros eleitos pelo Partido Socialista propõem que Assembleia de Freguesia de Benfica delibere:

1. Um Voto de louvor a todos os trabalhadores portugueses, empregados ou desempregados pelo esforço diário de levantar Portugal para fora da crise;

2. Saudar todos os Portugueses, Trabalhadores, Sindicalistas, Empregadores que todos os dias lutam pela contratação coletiva;

3. Incentivar todos os Portugueses a fazerem parte das comemorações do 1º de Maio

4. Enviar a presente moção a todos os órgãos autárquicos da cidade de Lisboa.

Benfica, 22 de abril de 2015

ASS... 22.4 2015
... 10
... 4
ABSTENÇÃO —

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ANEXO 3

Recebido 22.4.15

Moção

Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa

No dia 10 de Março de 2014 iniciou-se o processo de transferência de competências da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia. Esta data marca a entrada em vigor da Reforma Administrativa da Cidade.

Passado um ano sobre esta data estamos agora em condições de avaliar este processo e os resultados obtidos.

Importa notar que a reforma realizada em Lisboa é diferente da reforma administrativa das freguesias imposta pelo governo em 2013, que teve como único objetivo diminuir, a régua e esquadro, o seu número, esquecendo que em muitos casos são estas que devem resolver os problemas imediatos das populações.

Estão hoje à vista os bons resultados que fundamentaram a opção de se fazer a verdadeira e virtuosa reforma administrativa de Lisboa, e que a validam.

Há um ano a cidade estava diferente. Apesar da gestão da cidade ser eficiente, muitas vezes não conseguia dar resposta aos pequenos problemas que apenas uma gestão de proximidade permite.

Foram abertos novos paradigmas mas foram, sem dúvida, introduzidas muitas melhorias.

Hoje temos uma Cidade que foi capaz de:

Melhorar a qualidade de resposta aos problemas do quotidiano. A gestão das questões diárias que tanto afetam a vida dos Lisboetas é agora feita a um nível local de maior proximidade, o que melhora a eficácia das respostas produzidas.

Aumentar a confiança nas instituições. O fato das populações verem os seus problemas resolvidos, ou acompanhados quando a resposta é complexa, traduz-se num aumento da confiança nas instituições. Abandona-se um clima que tantas vezes é pautado pela incerteza. Para se viver num ambiente em que as instituições são valorizadas e fiáveis.

Reforçar a democracia, pela proximidade, pelo contato mais direto entre eleitores e eleitos, gerando uma capacidade de avaliar melhor as respostas produzidas e as escolhas efetuadas. São agora reconhecidos aqueles que mais se dedicam e que melhores respostas produzem no âmbito local.

Pensar globalmente e agir localmente. A confiança depositada e os bons resultados obtidos valorizaram as Juntas de Freguesia, o que por um lado garantiu que as respostas de proximidade fossem incrementadas enquanto permitiu à Câmara Municipal focar-se nos problemas macro. Por isso temos hoje uma cidade melhor gerida e mais coesa numa perspetiva global que está mais atenta à situação dos cidadãos.

Para tudo isto, num conjunto alargado de campos de atuação, foram alterados procedimentos e formas de resposta. Os exemplos são vários.

Destacamos por isso a proximidade dos decisores políticos com as dificuldades que surgem no território administrado fazendo com que a escolha de prioridades seja facilitada. É mais evidente a todos aqueles que lidam com uma determinada realidade perceber qual a melhor forma de ultrapassar os problemas e implementar soluções definitivas.

Com efeito, a consequência mais evidente de uma gestão de proximidade é poder dar uma resposta mais rápida e eficiente aos problemas sociais Os dramas que muitos enfrentam são assim mais fáceis de identificar, de acompanhar e de resolver. Os casos passam a ter rostos, o que resulta não apenas numa melhoria dos tempos de resposta, mas também na eficácia da mesma. É agora mais fácil adequar as soluções às situações.

Por outro lado, o reforço de competências na área da higiene urbana e da limpeza pública permitiu melhorar o serviço prestado. Conseguiu-se perceber e resolver problemas que analisados ao nível de cidade perdiam expressão, mas que tinham elevada importância no dia-a-dia das populações. Alteraram-se rotinas, circuitos e prioridades com resultados e com sucesso.

Outro dos aspetos fundamentais desta reforma foi ter transitado a responsabilidade de parte do licenciamento para as Juntas de Freguesia. Com este novo paradigma foram detetados muitos casos de inoperância de uma máquina pesada e foi possível iniciar o processo de reposição da normalidade no espaço público. É agora evidente o que deve, ou não, ser permitido e onde o deve ser. As ferramentas de reordenamento desse espaço de todos foram devolvidas aos decisores políticos em função da vontade da população e dos objetivos a atingir.

Também transição da responsabilidade de gerir o edificado escolar da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia fez com que os pequenos problemas e dificuldades que se verificavam nas escolas fossem algo que começa a pertencer ao passado. As respostas a problemas simples e que tantas vezes se adensavam pela ausência de resolução inverteram a tendência e resolvem-se com a celeridade que exigem.

Mas com todas as alterações foram também abertos novos paradigmas. Hoje percebemos a dimensão das mudanças introduzidas e temos a perceção de algumas implicações que não eram expectáveis à data da sua conceção.

Porém, este é um processo que devemos continuar a edificar, havendo ainda desafios a vencer:

Face às novas responsabilidades agora assumidas pelas Juntas de Freguesia é necessário repensar e rever a estrutura formal dos seus órgãos. No quadro da cidade de Lisboa é hoje evidente que o previsto na lei não se mostra capaz para uma resposta adequada à realidade destas autarquias.

Permanecem algumas lacunas ao nível da fiscalização e na articulação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal que urge resolver. Muitas vezes não são claros os mecanismos e as responsabilidades de cada parte, e tal reflete-se numa diminuição da capacidade da Junta de Freguesia tornar efetivas as suas decisões ou avaliações e, por outro lado, preservar os direitos e os melhores interesses dos seus fregueses.

Adicionalmente urge garantir que o que conceito Cidade é preservado e que se cumpre regulamentação uniforme em todo território do município. A ideia de concorrência entre juntas, em termos de serviços básicos, deve ser acautelada. Assim:

- É indispensável assegurar que o tratamento dado aos munícipes, nos seus aspetos essências, não varia entre territórios dentro da Cidade;
- No capítulo dos direitos e na forma de tratamento dos colaboradores destas divisões administrativas é imperioso garantir que há uniformidade;
- A forma dos munícipes lidarem com as Instituições deve ser homogénea.

Por último, a composição dos quadros de pessoal das freguesias encontra-se desajustada das necessidades. É tempo de dar resposta a esta realidade, de clarificar a legislação que a pode corporizar e as opções políticas que é necessário assumir, certamente em conjunto.

A escassos dias de se celebrarem os 40 anos sobre as primeiras eleições livres através do sufrágio universal direto realizadas em Portugal, que constituíram um dos pilares da construção da democracia neste país, o processo da Reforma Administrativa da cidade de Lisboa é algo de que nos podemos orgulhar e que assume uma especial importância por ter sido discutido, participado e vivido por todos, por ter sido feito de consensos, através de lei que teve o cuidado de estabelecer as competências que transitaram para as juntas de freguesia.

Assim, o Partido Socialista, não esquecendo os desafios que o futuro reserva, vem desta forma enaltecer todo o processo e os seus resultados. Se antes já havia uma

avaliação positiva sobre a prestação da gestão da cidade que tem vindo a ser feita nos últimos anos, agora essa perceção está ainda mais reforçada e valorizada.

Face ao exposto, os membros eleitos pelo Partido Socialista propõem que Assembleia de Freguesia de Benfica delibere:

1. Um Voto de louvor pela passagem do primeiro ano sobre a Reforma Administrativa da cidade de Lisboa e pelo balanço positivo que fazemos da sua implementação;
2. Saudar todos os autarcas de Lisboa que contribuíram para o seu êxito;
3. Enviar a presente moção a todos os órgãos autárquicos da cidade de Lisboa.

Benfica, 22 de abril de 2015

O Partido Socialista,

ANEXO 4

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22/4/15
VOTAÇÃO FAVOR 11 CONTRA ___ ABSTENÇÃO 3

22.4.15

Moção

"Pela Execução do Orçamento Participativo de 2013 – *Mobilidade Para Todos em Benfica*"

O Orçamento Participativo constitui um instrumento de governação assente na participação direta dos cidadãos na definição das prioridades de investimento do orçamento público através de amplos processos de consulta e tendo por base a reflexão e o debate sobre os problemas das pessoas e do território. O objetivo essencial do Orçamento Participativo é por isso, o aprofundamento da participação democrática através da aproximação dos cidadãos à causa e gestão públicas.

Os cidadãos de Lisboa têm respondido a este apelo à participação pública lançado pela CML, edição após edição do Orçamento Participativo, participando na definição das prioridades da cidade sob a forma de apresentação de projetos e depositando o seu voto nos mesmos. A importância e sucesso do Orçamento Participativo e deste modelo em particular, assenta na transparência e acesso ao processo, assim como à confiança que os cidadãos depositam e de que são depositários. São vários os exemplos na cidade de Lisboa de projetos executados ou em execução que foram propostos por plataformas cidadãs e que se tornam realidade, mobilizando-se para estes projetos diversos parceiros, associações, organizações e as próprias Juntas de Freguesia.

A população de Benfica tem manifestado uma grande vontade de participação na vida pública e na participação dos desígnios da cidade, propondo projetos e envolvendo-se na definição das prioridades da Freguesia e da cidade. Os projetos do OP da CML na área da Requalificação do Espaço Público e Mobilidade de que a Freguesia de Benfica foi vencedora em 2011, e novamente em 2013, conseguiram mobilizar toda a população em torno dos objetivos de conseguir Mobilidade e Acessibilidade para todos, causas e preocupações verdadeiramente comuns e transversais a toda a população, parceiros e Junta de Freguesia.

Estes projetos representam 1,5 milhões de investimentos na Freguesia para intervenção do Espaço Público e Mobilidade, vindo ao encontro de uma marca e prioridade do Executivo da Junta de Freguesia, de fazer da mobilidade uma causa de intervenção social prioritária. A candidatura vencedora ao Orçamento Participativo de 2011 "Estacionamento em Benfica" permitiu criar 641 novos lugares de estacionamento em Benfica, assim como as suas obras e intervenções permitiram:

- Aumentar a oferta de estacionamento;
- Impedir o estacionamento ilegal;
- Garantir melhor acessibilidade, ordenando de forma mais sustentável o espaço público;
- Criar /melhorar/ intervencionar cerca de 70 novas passadeiras, em cumprimento do novo conceito de passadeira inscrito no Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa.

Foram assim cumpridas, as metas fixadas para este projeto, contribuindo para a prioridade politica assumida por este Executivo de inscrever a Mobilidade enquanto um dos mais importantes Direitos Sociais da população e das sociedades desenvolvidas.

A candidatura vencedora do Orçamento Participativo de 2013 "Mobilidade para Todos em Benfica", resultou igualmente da mobilização cidadã de Benfica e constitui uma importante continuidade com os objetivos e união em torno de tornar a freguesia de Benfica cada vez mais acessível e com um espaço público mais sustentável, assim como contribui para cumprir os desígnios do recentemente aprovado *Plano da Acessibilidade Pedonal* de Lisboa, uma vez que se propõe ao rebaixamento das passadeiras da Freguesia. Os 500.000 euros canalizados para este projeto são parte indispensável da prossecução dos objetivos de mobilidade e acessibilidade da Freguesia, assim como a sua execução é a simples execução da vontade popular e democrática manifestada pelos cidadãos e que tem que ser cumprida.

Considerando que a Junta de Freguesia de Benfica já demonstrou a capacidade de implementar projetos de grande dimensão e complexidade em matéria de intervenção

e requalificação do Espaço Público, concretizando com sucesso as metas do Projeto "Estacionamento em Benfica";

Considerando que a JFB tem sempre manifestado disponibilidade para realizar através de Protocolo de Delegação de Competências, intervenções que visem a melhoria do Espaço Público;

Considerando que a CML depositou confiança no Executivo da Junta de Freguesia por via de Protocolo de Delegação de Competências para execução da verba de 1 milhão de euros para o OP de 2011, que foi integralmente realizado, satisfeito e concluído;

Considerando que é de extrema relevância a rápida implementação/execução do OP de 2013 "Mobilidade Para Todos", dada o seu objetivo de melhorar a qualidade de vida de muitos cidadãos com mobilidade reduzida da Freguesia de Benfica;

Considerando ainda que o Executivo da Junta e todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia têm defendido como prioridade política, a acessibilidade e mobilidade para todos enquanto causa social prioritária, os membros eleitos pelo Partido Socialista propõem que Assembleia de Freguesia de Benfica delibere:

1. Recomendar que a Junta de Freguesia de Benfica diligencie no sentido da rápida execução/implementação do projeto do Orçamento Participativo de 2013 da CML "Mobilidade Para Todos";

2. Recomendar à CML que através de Protocolo de Delegação de Competências, delegue confiança na Junta de Freguesia de Benfica a execução do Orçamento Participativo de 2013 da CML "Mobilidade para Todos em Benfica", à semelhança do PDC realizado para a execução do OP da CML de 2011, para maior celeridade na execução do projeto;

3. Dar conhecimento desta Moção à Câmara Municipal de Lisboa, assim como à Assembleia Municipal de Lisboa.

Benfica, 22 de abril de 2015

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22/4/2015
VOTAÇÃO FAVOR 13
CONTRA
ABSTENÇÃO 1

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ANEXO 5

Recebido 22.4.15

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

MOÇÃO

PELO PLENO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DO BAIRRO DA BOAVISTA

Considerando que a construção e a abertura em 2012 da USF do Bairro da Boavista respondeu a um velho anseio e a uma real necessidade da população do Bairro.

Tendo em conta que este importante investimento se baseou em estudos diversos que confirmaram a sua necessidade, escala, modelo e valências e desde logo previu o pleno funcionamento com um corpo clínico de 5 médicos adequado à população destinatária.

Verificando que desde o arranque do Centro de Saúde nunca de facto foi a ele alocado o pessoal previsto, criando desconfiança e receio na população sobre a real capacidade de resposta daquele equipamento nomeadamente quanto a médicos de família e dificultando por isso que os utentes residentes no Bairro e inscritos em outras USF da freguesia mudassem a sua inscrição para a USF do Bairro da Boavista.

Tendo ainda em conta que mais recentemente se tornou evidente o desinvestimento naquele equipamento confirmado numa despromoção que lhe retirou a categoria de Unidade de Saúde Familiar e por essa via se tem materializado num progressivo e quase total abandono dos objectivos e necessidades que presidiram à sua construção, levando ao definhar dos serviços, valências e horários prestados, ao ponto do seu total encerramento ter já acontecido em diversos dias ou ainda pela suspensão de tratamentos de enfermagem o que tem obrigado muitos utentes a ter que se deslocar a outras USF.

Assim os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia de Benfica exija às autoridades competentes, Ministério da Saúde e ARS Lisboa Norte, a dotação dos meios necessários ao pleno funcionamento do Centro de Saúde da Boavista enquanto Unidade de Saúde Familiar de pleno direito.

Que a presente Moção seja ainda remetida para:

Presidência da República, Assembleia da República (Grupos Parlamentares) e Câmara Municipal de Lisboa.

Os Eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Benfica

João Carlos Pereira

José Pedro Félix

Lisboa, 22 de Abril de 2015

ANEXO 6

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22.4.2015
VOTAÇÃO CONTRA 1
ABSTENÇÃO —

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

MOÇÃO

Lutar por Abril para uma vida melhor!

Foi com Abril que pela primeira vez na história do País, foram reconhecidos ao povo português o direito universal à saúde gratuita, tornado possível através da criação do SNS – Serviço Nacional de Saúde; o direito de todos os portugueses a uma segurança social que os apoiasse nomeadamente na doença, no desemprego, na velhice e na invalidez, tornado possível por meio da criação de um sistema público, universal e solidário de segurança social; foi consagrado o direito à educação para todos, independentemente das condições sociais e económicas de cada um; foi garantido o direito à fruição e criação cultural, à cultura física e ao desporto; foi consagrado o direito ao trabalho e à habitação, o direito à igualdade entre mulheres e homens, ao salário mínimo nacional, a férias pagas entre tantos outros.

Considerando:

Que estes e outros direitos, consagrados na Constituição da República Portuguesa, têm sido alvo do ataque sistemático dos sucessivos governos com vista à sua liquidação;

Que hoje, já são mais de dois milhões e setecentos mil os portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza, e este número continua a crescer ao mesmo tempo que se esvazia o papel da Segurança Social pública na resposta às condições de adversidade no desemprego, na doença, na velhice, na infância, na pobreza extrema;

Que nos últimos três anos foram lançados na pobreza mais seiscentos mil portugueses, enquanto as grandes fortunas não pararam de crescer;

Que a sucessão de mortes ocorridas nos últimos meses nas urgências hospitalares é um exemplo dramático a política de estrangulamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde e das opções ideológicas do governo que secundariza a vida das pessoas face ao interesse dos grupos económicos e financeiros;

Que o ataque à Administração Pública se cifra já no despedimento de mais de 72.000 trabalhadores, no encerramento de centenas de serviços públicos, no corte de salários, no aumento injusto e inaceitável para as 40h;

Que a ofensiva desferida sobre os trabalhadores se traduz no aumento do desemprego e da precariedade no trabalho, no aumento da emigração e da exclusão social, no desmantelamento do sector produtivo;

Que a elitização do ensino, o ataque aos estudantes, aos professores e a todos trabalhadores não docentes, têm como objectivo a destruição da escola pública;

Que o ataque aos reformados e pensionistas por via dos cortes nas reformas e pensões põem em causa de forma desumana e injusta a sobrevivência e a dignidade de quem levou uma vida de trabalho;

Que o agravamento dos valores das rendas de casa, num quadro de grande fragilidade económica e social, tem tido como consequência o despejo de inúmeras famílias das casas que habitavam;

Que o Poder Local Democrático é uma importante conquista da Revolução, tem sido alvo de inaceitáveis ataques à sua autonomia e independência, comprometendo a sua legitimidade democrática;

Que os eleitos no Poder Local, não podem aceitar a continuação da destruição de tudo quanto foi alcançado em Abril.

Os eleitos do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia de Freguesia de Benfica , na sua sessão de 22 de Abril de 2015, delibere:

1. Saudar o 41° aniversário da Revolução de Abril e apelar à participação massiva dos lisboetas nas iniciativas que terão lugar na cidade;

2. Manifestar a sua oposição às políticas económicas e sociais levadas a cabo pelo governo PSD/CDS, que afundam o país, promovem a desigualdade, a pobreza, a fome e a miséria;

3. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes - direitos consagrados na Constituição de Abril;

4. Enviar esta Moção para: Assembleia Municipal, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Associação Conquistas da Revolução, Associação 25 de Abril

Os eleitos do PCP na A.F. de Benfica

João Carlos Pereira

José Pedro Félix

Lisboa, 22 de Abril de 2015

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22/4/2015
FAVOR 13
VOTAÇÃO CONTRA 1
ABSTENÇÃO —

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ANEXO 7

CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV

22.4.15

MOÇÃO
Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!

Considerando que os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Que a política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior **aumento de sempre no preço** dos transportes públicos, a maior redução da oferta de sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas públicas de transporte.

Considerando ainda que neste período, reduziram-se os salários, despediram-se trabalhadores, congelaram-se os investimentos e cortou-se na manutenção. Mas, pagaram-se as apostas especulativas com as swaps (mais de mil milhões de euros de perdas) e garantiu-se o pagamento crescente de juros (num total de mais mil milhões de euros nestas quatro empresas). Ou seja, as prioridades foram criar condições para privatizar e garantir as rendas dos bancos, dos especuladores e demais usurários.

Considerando que fica evidente ser necessário mudar de política e inverter as suas prioridades! As políticas para os transportes públicos devem ser orientadas para promover a crescente utilização dos transportes públicos – com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente reconhecidos – através de uma política de preços atrativa, da crescente intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma oferta adequada às necessidades.

Considerando é preciso abandonar a obsessão neoliberal de tudo entregar à exploração capitalista, que como está demonstrado, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, e prejuízo diversos para os trabalhadores e os utentes.

E ainda que, para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo em curso de reestruturação da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, que assenta na privatização da exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da operação destas empresas.

A Assembleia de Freguesia de Benfica, reunida em 22 de Abril de 2015 delibera:

1 – Manifestar publicamente que:

- **Lamentamos** que o Governo tenha ordenado uma **campanha publicitária** de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos.
- **Contestamos a separação dos Eléctricos**, Ascensores e Elevadores do Serviço Público de

Transportes, contestamos que se destine estes meios de transportes em exclusivo ao sector turístico, contestamos a sua integração na CarrisTur, contestamos o processo anunciado de **privatização da CarrisTur** e contestamos que os lucros da CarrisTur deixem de contribuir para o sistema de transportes públicos.

- **Contestamos a divisão do Metropolitano de Lisboa em três**, infraestrutura, manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização.
- **Contestamos a Parceria Público Privada em preparação para a Carris e o Metro**, com o público a ficar com todas as despesas (juros, investimentos, pagamento de uma renda aos privados) e o privado a receber rendas garantidas, ficando ainda um conjunto de alçapões para permitir futuras negociatas.
- **Contestamos as implicações para os utentes** incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter as brutais reduções de oferta e aumento de preços, como se provoca o envelhecimento das frotas, que estariam «nas últimas» no final do prazo as concessões, sendo a única renovação garantida a do aumento anual de preços.
- **Contestamos o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP**, com o Governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados.
- **Denunciamos o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP representariam**, pois ao contrário daquilo que o Governo faz querer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume.

2 - **Exigir ao Governo o imediato cancelamento dos concursos para a subconcessão** da Carris e do Metro de Lisboa bem como dos que prepara para a Transtejo e a Soflusa.

3 - **Exigir do Governo o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso** nestas empresas e das privatizações aí incluídas.

4 - **Decidir participar na Marcha contra a privatização da Carris e do Metropolitano de Lisboa que se realizará no próximo dia 22 de Abril**, com concentração às 10h00 no Cais Sodré, e mobilizar para a mesma a população da freguesia/do concelho

5 - **Enviar esta esta moção a:** 1º Ministro; Ministro da Economia, Presidente da República; Comissões de Trabalhadores das quatro Empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa); Câmara Municipal de Lisboa.

Os eleitos do PCP na A.F. de Benfica

João Carlos Pereira
José Pedro Félix

Lisboa 22 de Abril de 2015

ANEXO 8

Bloco de Esquerda

Benfica, 22 de Abril de 2015

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 22/4/15
VOTAÇÃO FAVOR 13
CONTRA 1
ABSTENÇÃO –

Moção

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE BENFICA
O Presidente

Abril não é austeridade, Abril é Liberdade:
Resgatemos Abril!

Para comemorar Abril é necessário acima de tudo sentir Liberdade, sentir esperança...

Mas não há Liberdade na austeridade, no desemprego, na miséria, no êxodo imposto por falsas inevitabilidades ou na total ausência de perspetiva de um futuro melhor. Para um Abril que faltasse apenas cumprir, era pelo menos obrigatório que os jovens de hoje vislumbrassem um futuro melhor do que as gerações os precedem. O capitalismo é assim: É dono de todas crises, vive gananciosamente de qualquer vantagem, desconhece tréguas, sobeja-se a cada dia que passa e engole hoje os que ontem se vislumbravam fortes.

A direita no poder, cumpre de forma obediente, cega e violenta a receita da austeridade, imposta por uma Europa de diferenças, onde a solidariedade é uma mera ilusão. Fazem-no de forma obstinada, quase confessional, ignorando todas as consequências desta política: Também eles não conhecem tréguas, também eles dizem que há sempre espaço para mais sacrifícios, para mais miséria, como se austeridade fosse uma espécie de penitencia, que de forma milagreira vai conseguir estancar os juros da dívida, num dia longínquo. A realidade é oposta: Estamos pior todos os dias, e quanto mais prosseguirmos este caminho mais nos afastamos de Abril.

É triste, mas a segurança social que Abril construiu, precisa hoje de complementos caritativos e de último recurso das instituições que estão mais próximas da realidade da população, como é caso das Juntas de Freguesia, e de instituições de solidariedade social. A pobreza a que uns não podem passar indiferentes outros não conseguem sequer vislumbrar.

Abril não é apenas de Portugal, nem mesmo daqueles que connosco ficaram livres do regime fascista: É uma bandeira global de Liberdade! Mas não há Liberdade sem solidariedade, e por isso Abril, não é altura para esquecer os milhares que já morreram rumo a Lampedusa, rumo à Liberdade, que apenas queriam partilhar um sonho: Ser livre. A União Europeia não pode continuar ignorar esta realidade de forma cruel e insensata, com políticas entrincheiramento de fronteiras que nada têm de humanitário, sob pena de paradoxalmente, se tornar ela própria numa Prisão Europeia, fechada na sua própria indiferença, no seu próprio egoísmo.

Abril também é Grego, e ser Grego é neste Abril ser resiliente, acreditar, fazer frente, mostrar que a austeridade não é uma inevitabilidade. Mostrar que o povo é quem mais ordena, e que há povos que não estão dispostos a tirar o cravo do peito, que dizem não, que dizem basta, que não desistem de mandar nos seus destinos.

Porque hoje falta muito mais para cumprir Abril, porque também nós somos resilientes, e connosco

o cravo vermelho de Abril representa também um compromisso permanente para todas as gerações, a Assembleia de Freguesia de Benfica, reunida nesta data, reafirma o seu empenho em resgatar Abril, condenando veementemente todas as políticas austeritárias seguidas pelo atual governo, fazendo votos que próximo Abril, seja mais Abril.

Proposto nesta data pelo Bloco de Esquerda

(Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira)

Com conhecimento à Associação 25 de Abril